

RELATÓRIO e CONTAS

1.º Semestre 2014



Porto de Lisboa

INDICE

1. PRINCIPAIS INDICADORES.....	5
2. INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	7
3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE.....	14
4. RECURSOS HUMANOS.....	19
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	25
7. CUMPRIMENTOS DE OBJETIVOS E ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	33

1. PRINCIPAIS INDICADORES*(Valores em euros)*

Dados Gerais do Balanço	30.06.2014	31.12.2013
Ativo Corrente	32.876.497	25.397.390
Ativo não Corrente	369.070.997	376.188.129
Total Ativo	401.947.494	401.585.519
Capital Próprio	203.882.306	205.126.338
Passivo Corrente	54.675.695	48.068.087
Passivo não Corrente	143.389.493	148.391.094
Passivo Total	198.065.188	196.459.181

(Valores em euros)

Dados Gerais da DR	30.06.2014	30.06.2013
Fornecimentos e Serviços Externos	3.996.683	4.221.959
Gastos com o Pessoal	7.909.209	7.695.777
Gastos Operacionais	11.905.892	11.917.736
Serviços Prestados	14.974.757	17.127.158
Outros Rendimentos e Ganhos	5.859.599	6.358.058
Ganhos Operacionais*	20.834.355	23.485.216
Resultados Operacionais	8.928.464	11.567.480
EBITDA	9.116.094	13.192.391
Depreciações	7.148.019	7.817.524
EBIT	1.968.075	5.374.867
Juros de Financiamentos	2.388.151	3.097.234
Resultado antes de Impostos	-419.719	2.277.783
Resultado Líquido	-576.919	2.108.306

* Também designado por Volume de Negócios

Indicadores Financeiros	30.06.2014	30.06.2013
Autonomia Financeira	50,72%	51,08%
Liquidez Geral	60,13%	52,84%
Rentabilidade do Ativo	-0,14%	0,52%
Rentabilidade do capital Próprio	-0,28%	1,03%
Solvabilidade	102,94%	104,41%

Indicadores Económicos	30.06.2014	30.06.2013
Margem EBITDA	43,76%	56,17%
Margem EBIT	9,45%	22,89%
VAB	39.094.927	39.094.927
VAB <i>per capita</i>	129.453	123.718
VN <i>per capita</i>	68.988	74.320

Indicadores de Pessoal	30.06.2014	30.06.2013
Efetivo (Unid)	295	315
Efetivo Médio (Unid)	302	316
Gastos com o Pessoal <i>per capita</i>	26.189	24.354

2. INFORMAÇÃO RELEVANTE

▪ Terminal de Cruzeiros de Lisboa - Concessão de Serviço Público

Em janeiro de 2014 foi adjudicada a Concessão de Serviço Público do Terminal de Cruzeiros de Lisboa ao consórcio constituído pela Global Liman Isletmeleri A.S., Grupo Sousa, Investimentos, SGPS, Ld.^a, Royal Caribbean Cruises Ltd., e Creuers del Port de Barcelona, SA, com uma duração de 35 anos.

A concessão prevê o investimento de construção da nova gare de passageiros, projeto da autoria do arquiteto português João Carrilho da Graça.

O concessionário congrega a experiência e as competências que advêm da gestão de vários terminais de passageiros no mundo inteiro, e do facto de incluir um dos maiores armadores do mundo e um armador português.

Com esta adjudicação a APL pretende concretizar os objetivos a que se propôs com este concurso internacional: a construção do novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa e um crescimento sustentado do número anual médio de passageiros movimentados ao longo da concessão, dando, assim, execução ao Plano Estratégico dos Transportes.

A assinatura do contrato com a LCT – Lisbon Cruise Terminals (consórcio que integra as empresas anteriormente referidas), ocorreu já no 2.º semestre, no dia 17 de julho, tendo a mesma iniciado a exploração no dia 26 de agosto.

▪ Requalificação da Frente Ribeirinha de Alcochete

Inaugurada no dia 13 de Abril de 2014, esta obra resulta de um projeto que foi alvo de candidatura conjunta entre a Câmara Municipal de Alcochete e a Administração do Porto de Lisboa, no domínio das Parcerias para a Regeneração Urbana, ao abrigo do Programa Operacional Regional de Lisboa (PORN) do QREN.

Compreende um trajeto que se estende pela Av. D. Manuel I até ao Largo da Misericórdia e Rua do Norte e possibilitou a reestruturação de importantes infraestruturas, nomeadamente a muralha junto ao Rio Tejo e a Ponte Cais, projetos que ficaram sob a alçada da APL, S.A. A referida obra vem contribuir para a valorização económica e cultural da vila de Alcochete e da região.

▪ III Feira Náutica do Tejo – junho 2014

Enquanto coorganizadora, a APL participou no evento, que decorreu de 29 de maio a 1 de junho na doca de Pedrouços, e que se assume cada vez mais como o maior evento

náutico do país, preconizando o desenvolvimento de todas as potencialidades que o estuário do Tejo oferece no que respeita às atividades náuticas e à atividade de marítimo-turística.

Foi promovido o enfoque da APL no novo modelo de gestão da náutica de recreio, alicerçada num contato mais direto com o cliente final através dos meios de comunicação digital, novo fardamento para os colaboradores das docas, implementação de sistema de gestão ambiental e nova imagem dos meios de informação baseados no novo formato de gestão comercial.

▪ **Plano estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020**

Em abril de 2014 foi divulgado o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI 3+), documento que surge como uma atualização do PET 2011-2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste sector, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década.

As opções constantes do PETI 3+ desenvolver-se-ão em articulação com a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM2013-2020), aprovada pela Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, no dia 16 de novembro de 2013, e adotada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro. A ENM 2013-2020 apresentou um novo modelo de desenvolvimento do oceano e das zonas costeiras que permitirá a Portugal responder aos desafios colocados para a promoção, crescimento e competitividade da economia do mar, nomeadamente as importantes alterações verificadas no âmbito político e estratégico a nível europeu e mundial.

No que se refere ao porto de Lisboa foram definidos como prioritários os seguintes projetos:

- O aumento da eficiência do atual terminal de contentores de Alcântara;
- O novo Terminal de Contentores de Lisboa;
- A reativação do Cais da Siderurgia Nacional (Terminal do Seixal);
- A melhoria da navegabilidade e descontaminação do estuário do Tejo Seixal (SN) + Alhandra (Cimpor);
- A nova Gare de Passageiros de Cruzeiros.

▪ **Projeto SUPPORT**

O Porto de Lisboa acolheu nos dias 3 e 5 de junho a demonstração de dois veículos submarinos autónomos, especialmente desenvolvidos para o projeto SUPPORT (sigla

inglesa para Melhoria de Segurança para Portos – Security UPgrade for PORTS). O projeto envolve quatro anos de investigação e desenvolvimento (I&D) e é parcialmente financiado pelo Programa de Investigação de Segurança do 7º Programa Quadro da Comissão Europeia, sendo coordenado pela empresa inglesa BMT Group Ltd, responsável por orientar as atividades dos 21 parceiros envolvidos.

O projeto SUPPORT tem explorado o uso de veículos submarinos autónomos (VSA) e tem como objetivo melhorar a segurança nos portos europeus, tanto no controlo de acesso do lado mar como do lado terra e visa também obter melhorias no fluxo de mercadorias, reduzindo a complexidade operacional e os custos nos portos.

▪ **Acórdão do Tribunal Constitucional sobre o aditamento ao Contrato de Concessão da Liscont**

A Lei n.º 14/2010, de 23 de julho veio revogar o Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro, na execução do qual tinha sido celebrado, em 21 de outubro de 2008, entre a APL e a LISCONT um aditamento contratual que, como contrapartida de significativos investimentos efetuados por esta última, prorrogou o prazo da concessão de 2015 para 2042. Concedeu ainda isenções parciais de taxas, designadamente em determinadas áreas da concessão (no prolongamento do cais a construir pela concessionária, por exemplo).

A 3 de março de 2014 o Tribunal Constitucional proferiu o acórdão nº 202/2014, concluindo pela inconstitucionalidade das normas constantes da referida Lei 14/2010, de 23 de julho, por violação dos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança.

▪ **UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos**

Pelo Despacho n.º 4550-A/2014, de 27.03.2014 da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos do Ministério das Finanças foi aprovada a constituição, relativamente a cada um dos portos de Leixões, Aveiro, Lisboa e Setúbal, de uma comissão para a renegociação dos contratos de concessão de terminais portuários para a prestação do serviço público de movimentação de cargas cujo termo ocorra após 31 de dezembro de 2020.

▪ **Tarifa de Uso de Porto - Carga**

A partir de janeiro de 2014 foi decretada pela tutela a eliminação da TUP – Carga. Esta medida tinha já sido antecedida de sucessivas reduções: 10% em novembro de 2012, 10% em janeiro de 2013 e 50% em maio de 2013.

O impacto desta decisão, inserida na estratégia governamental destinada a aumentar a competitividade do sector portuário, fez-se sentir de forma marcada na situação económico-financeira da empresa. A título indicativo é de assinalar que a referida tarifa representava em 2011 (antes do início das reduções) cerca de 11% do volume de negócios.

▪ **Estrutura orgânica da APL**

Em janeiro de 2014 entrou em vigor a nova estrutura orgânica da APL que, entre outras alterações, criou a figura do Provedor do Cliente e passou a contemplar departamentos de Contratação Pública e Compras e de Auditoria de Projetos e Obras, reforçando-se ainda o de Auditoria Interna (já existente) e o Controlo Financeiro e de Gestão.

Foram também constituídas comissões permanentes nas seguintes áreas:

- Prospetiva e controlo de gestão estratégica;
- Risco;
- Sustentabilidade,
- Responsabilidade social;
- Igualdade.

▪ **Alienação de imóveis (ativos não correntes detidos para venda)**

Neste âmbito foi assinada a escritura referente à alienação do prédio urbano sito em Cascais, em 24 de junho de 2014.

Posteriormente, em 18 julho de 2014, foi celebrado o contrato de promessa de compra e venda do Armazém 9A, e a escritura referente ao Armazém K, ambos sitos no Jardim do Tabaco.

Tendo como referência a última avaliação realizada pela DGTF, as transações efetuadas e a efetuar resultaram em mais-valias contabilísticas.

As referidas alienações vieram permitir melhorar a situação da empresa no que toca ao nível de endividamento remunerado e encargos daí decorrentes bem como amenizar a situação de tesouraria.

▪ **Unidade de Tesouraria do Estado**

Nos termos do art.77º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE2011), toda a movimentação de fundos dos serviços e fundos autónomos, incluindo aqueles cuja gestão financeira e patrimonial se rege pelo regime jurídico do Sector Empresarial do Estado,

deve ser efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. (IGCP, I.P).

Apesar da APL, S.A. estar abrangida por este princípio, constrangimentos diversos levaram a empresa a solicitar isenção relativamente ao Princípio da Unidade de Tesouraria através de ofícios remetidos ao Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças (Of. n.º 411019, de 14/6/2011 e n.º 467042, de 10/12/2012).

De facto, nos contactos estabelecidos com as diversas instituições bancárias, a empresa foi confrontada com sucessivas dificuldades na manutenção de linhas e no acesso a crédito, em virtude de implementação da Unidade de Tesouraria.

Outra questão relevante prende-se com os diversos meios de pagamento/recebimento automáticos instituídos e que implicam o recurso a sistemas informáticos/ficheiros com características específicas, que não estão padronizados com as exigências da banca comercial.

Acresce que a reformulação dos referidos sistemas para responder às exigências do novo enquadramento normativo envolveria alterações relevantes que, para além de morosas, e dos efeitos restritivos em termos de eficiência de resposta e esforço de adaptação dos serviços, acarretaria gastos significativos para a empresa.

Pelo Despacho n. 2418/13-SET, de 19 de dezembro foi finalmente autorizada a exceção a este princípio com base na "relevância da banca comercial na atividade da empresa".

Posteriormente, já em março 2014 foi renovado o pedido nos termos do n.º 4 do art.º 123.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014) (Ofício 510912, de 4 de março de 2014), aguardando-se resposta a esta solicitação.

▪ **Reestruturação do passivo remunerado**

Com os pareceres favoráveis da SET – Secretaria de Estado dos Transportes e do IGCP no âmbito do Decreto-Lei n.º 133/2013, a APL procedeu:

– À reestruturação do passivo remunerado de curto prazo para médio/longo prazo no montante de €10.000.000, com um decréscimo médio de pricing na vertente "spread" de 2%;

– À obtenção de novos financiamentos para substituição de antigos financiamentos também com um decréscimo de pricing na vertente "spread" entre 1,5% e 3%.

Com esta medida prevê-se uma poupança anual em gastos financeiros de cerca de 900 mil euros.

▪ Assembleia Geral

No dia 5 de março 2014 teve lugar a reunião da Assembleia Geral onde, entre outros pontos da ordem de trabalhos, foram aprovados:

- O relatório de gestão e contas de 2012;
- A alienação do imóvel sito na Rua Jardim do Tabaco – “Armazém 9A”;
- A alienação dos imóveis sitos na envolvente da Doca de Pedrouços e que venham a ser desafetados do domínio público do Estado;
- A declaração sobre política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da APL,S.A.

▪ Tarifários e Regulamentos

São de destacar neste âmbito os seguintes normativos, publicados no decurso do 1.º semestre:

- Novo Regulamento de Tarifas

Na sequência da aprovação do referido regulamento pelo IMT — Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, foi o mesmo publicado pela Ordem de Serviço n.º14/2013, de 8 de julho, substituindo, com efeitos a 1 de janeiro de 2014, o anteriormente vigente.

- Regulamento de Contratação de Bens, Serviços e Empreitadas da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.

Publicado pela OS n.º 04/2014, de 1 de março, este regulamento veio substituir as normas internas anteriormente vigentes nesta matéria. A versão anterior do regulamento foi alterada de modo a contemplar as atualizações de limiares de contratação pública estipulada pelo Regulamento (EU) n.º1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro de 2013, no que se refere à alteração da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual) que leva a que as contratações iguais ou superiores a 5.000.000€ estejam sujeitas a verificação prévia pelo Tribunal de Contas, bem como o desenvolvimento da utilização de plataformas eletrónicas de contratação.

Foram ainda regulamentados os procedimentos de empreitada e adotada a recomendação de centralização de toda a contratação de bens, serviços e empreitadas.

- Lei 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

Pese embora a circunstância da APL,S.A. integrar o setor público empresarial, a referida Lei não deixa de ser aplicável, com as necessárias adaptações, a um largo conjunto dos seus trabalhadores, de resto, ainda predominante, na medida em que o mesmo pessoal detém contrato de trabalho em funções públicas.

Destacam-se como objetivos genéricos do diploma, constituir-se como a derradeira etapa na progressiva convergência do regime dos trabalhadores públicos com o regime comum, a intenção de compilar e harmonizar as alterações legislativas concretizadas nos últimos anos neste âmbito.

- Taxas de utilização privativas para vigorar durante o ano de 2014

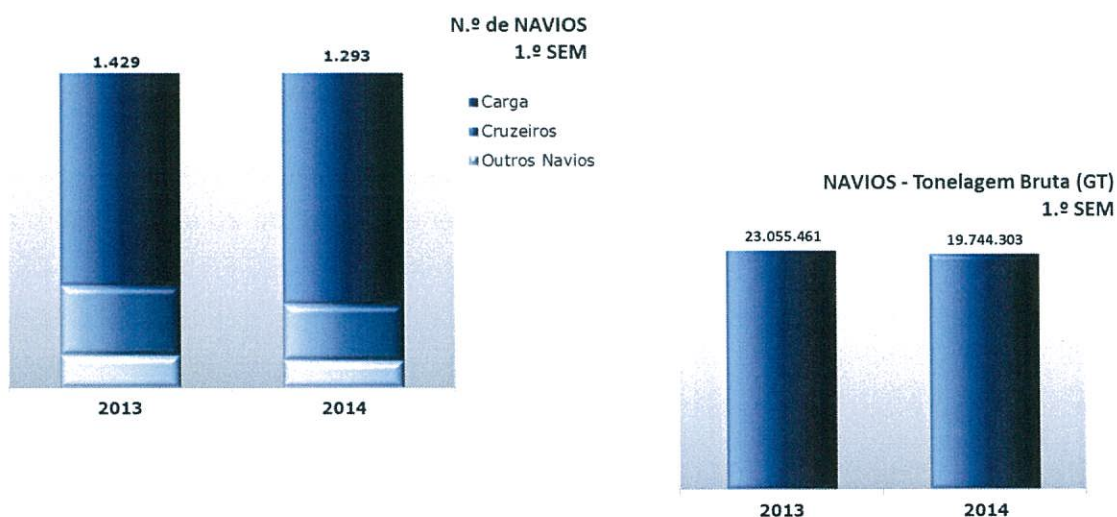
Pelo segundo ano consecutivo, o Conselho de Administração da APL,SA decidiu não atualizar as taxas de utilizações privativas negociadas para vigorar durante o ano de 2014, mantendo-se em vigor as praticadas em 2013.

Quanto às taxas constantes no Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais e no Regulamento de Tarifas de Eventos e de Publicidade foram atualizadas segundo o coeficiente de 1,0099, de acordo com o Aviso nº 11753/2013 de 11 de Setembro de 2013, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 182 de 20 de Setembro de 2013.

3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

3.1. Movimento de navios

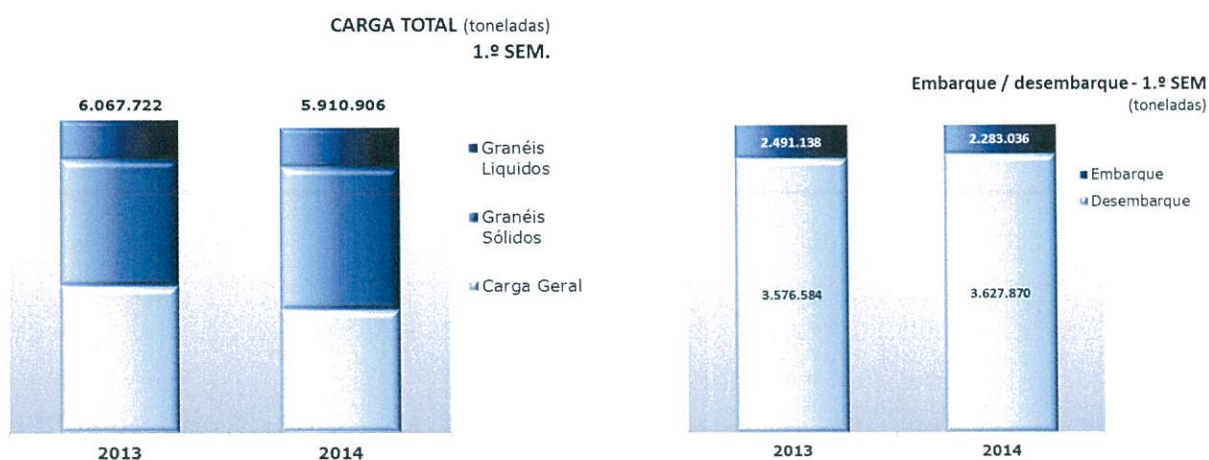
No primeiro semestre de 2014, o movimento de navios no porto de Lisboa ficou ligeiramente abaixo do observado no ano anterior, reflexo dos efeitos das greves verificadas no início do ano, que levaram ao afastamento de alguns operadores, que procuraram alternativas noutros portos nacionais e estrangeiros.



3.2. Carga

Em termos de carga movimentada registou-se no primeiro semestre um ligeiro decréscimo face ao período homólogo em 2013.

De notar que o decréscimo ocorreu no segundo trimestre do ano, resultado da quebra na carga contentorizada. Ainda assim, verificou-se um aumento nos graneis sólidos, que contribuiu para atenuar esta redução.



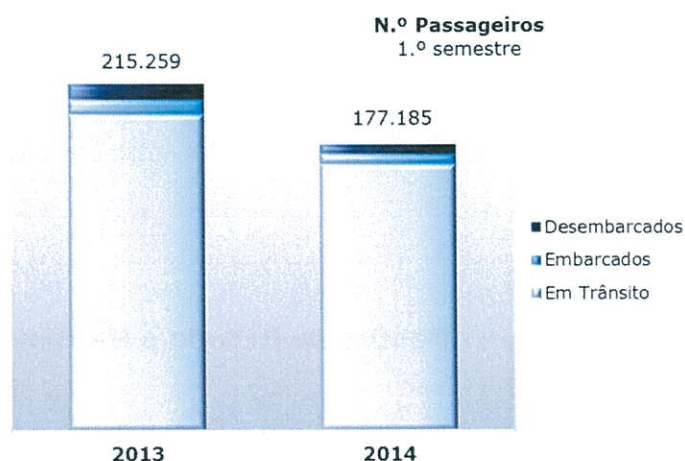
No que respeita à distribuição por tipos de frete verificou-se igual tendência, constituindo os granéis sólidos a única exceção, conforme se pode observar no quadro:

	2013	2014	Variação	
CARGA TOTAL (toneladas)	6 067 722	5 910 906	-156 816	-2,6%
Granéis Líquidos	764 574	756 715	-7 859	-1,0%
Granéis Sólidos	2 460 051	2 770 280	310 229	12,6%
Carga Geral	2 843 097	2 383 911	-459 186	-16,2%
Contentorizada	2 775 539	2 339 617	-435 922	-15,7%
Roll-on / Roll-off	13 682	6 394	-7 288	-53,3%
Fracionada	53 876	37 900	-15 976	-29,7%

NOTA: Para informação estatística mais detalhada, consultar [estatísticas online](#) no site da APL,S.A.

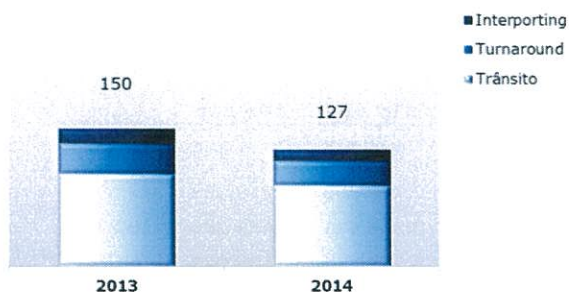
3.3. Cruzeiros

No primeiro semestre de 2014 verificou-se uma redução de 38.074 passageiros (-17,7%) e de 23 escalas (-15,3%) face ao 1º semestre de 2013.



Esta variação negativa da atividade, explica-se pelo cancelamento de 17 escalas por razões exógenas à APL, como sejam as condições atmosféricas adversas no início do ano assim como pelo facto de alguns operadores reafectarem parte da sua frota a novos destinos, de forma a diversificarem a sua oferta, o que se insere na estratégia usualmente seguida nesta área.

N.º de Escalas 1.º semestre



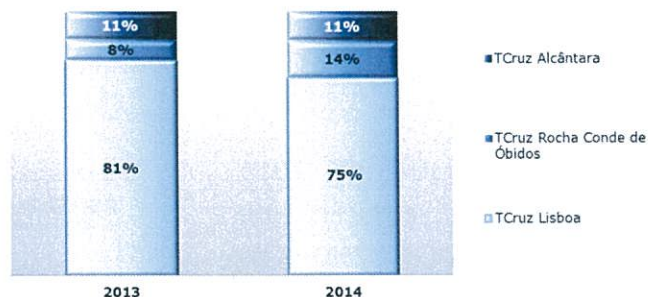
NOTA:

Interporting ou turnaround parcial – situação em que o navio de cruzeiro durante o itinerário, permite o embarque e/ou desembarque de passageiros em portos secundários.

Turnaround – situação em que o navio de cruzeiro inicia e termina operação num determinado porto e que implica o desembarque de todos os passageiros da viagem anterior e embarque de novos passageiros.

A ocupação por terminal continua a evidenciar a preponderância acentuada do Terminal de Cruzeiros de Lisboa, em St.^a Apolónia, tendo-se verificado, no entanto maior recurso ao terminal da Rocha (o único que registou um aumento do n.º de escalas: de 12 para 18).

Ocupação por terminal - 1.º semestre (escalas)

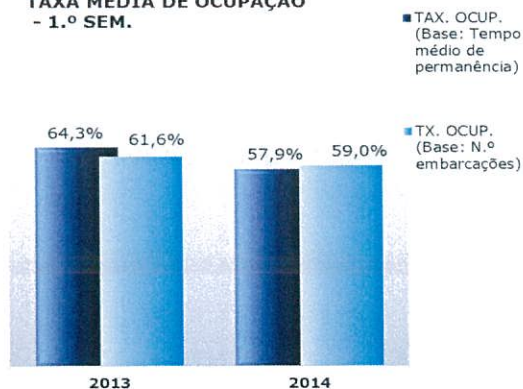


3.4. Náutica de Recreio e Marítimo-Turística

No que se refere à náutica de recreio verificou-se em 2014 uma diminuição de 196 embarcações (-4,29%) face ao período homólogo de 2013.

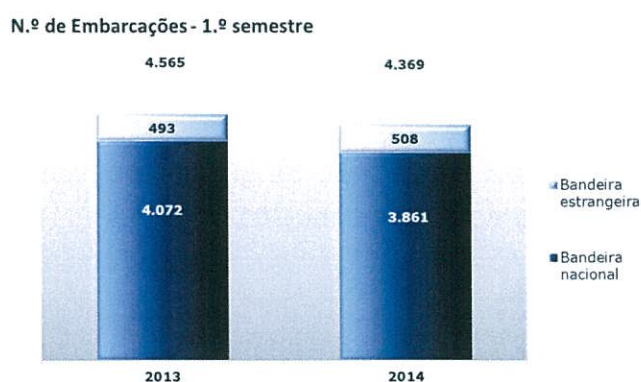
Em termos de taxas de ocupação das docas, verifica-se também um decréscimo de 6,37% quando analisado o tempo médio de permanência e de 3,30% em termos de ocupação efetiva, quando comparamos o primeiro semestre de 2014 com igual período de 2013.

TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO - 1.º SEM.



No entanto a doca de Belém, até pela sua extraordinária envolvente, apresenta características únicas em Lisboa, conseguindo por isso um maior índice de fidelização dos nautas, pelo que resultou num acréscimo de 87 embarcações, bem como num aumento de 4,6% quando analisada a ocupação efetiva.

No que diz respeito às embarcações com bandeira estrangeira de notar uma ligeira subida, de 493 embarcações em 2013, para 508 em 2014, sendo no entanto um dos principais objetivos do triénio, a garantia de melhores condições de serviço como forma de cativar um maior número destas embarcações.



De realçar ainda a subida do n.º de amarrações de taxa semestral e o controlo absoluto sobre as amarrações anuais que se mantiveram desde 2013, o que possibilita e garante maior receita, dado que existe uma maior fidelização, implicando de implicar menores proveitos comparativamente a 2013.

No caso da atividade marítimo-turística, no 1º semestre de 2014 estiveram em atividade 40 operadores contra os 28 de 2013, o que representou um aumento de 42,9%, refletindo-se num acréscimo do número de embarcações em atividade (+20,7% do que em igual período de 2013).

	1.º SEM 2013					1.º SEM 2014					
	DOCAS	Alcântara	St.º Amaro	Belém	Bom Sucesso	TOTAL	Alcântara	St.º Amaro	Belém	Bom Sucesso	TOTAL
N.º OPERADORES		11	12	2	3	28	8	22	4	6	40
N.º EMBARCAÇÕES POR ATIVIDADE		14	39	2	3	58	11	49	4	6	70
A Aluguer de motas de água e pequenas embarcações dispensadas de registo											
B Serviços efectuados por táxis, aluguer de embarcações com ou sem tripulação, pesca turística, passeios;		9	39	2	3	53	9	49	4	6	68
C Restauração nos acostados											
D Passeios e restauração durante os passeios;		3				3	1				1
E Passeios e restauração nos passeios e acostados.		2				2	1				1

3.5. Usos Dominiais

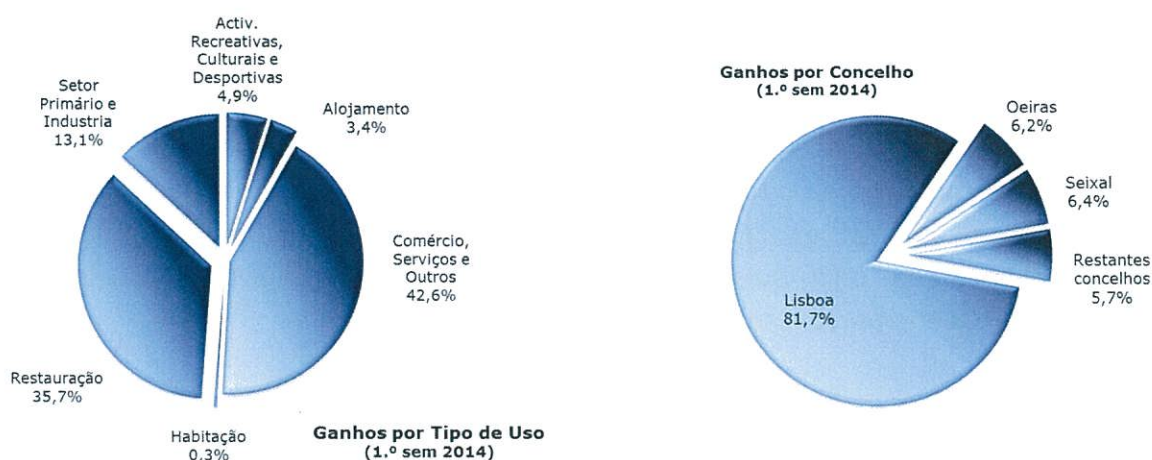
No primeiro semestre de 2014 deu-se continuidade ao esforço adicional na colocação dos espaços disponíveis no mercado.

Durante este período prosseguiu ainda a pressão por parte dos clientes no sentido da revisão das condições comerciais, tendo-se concedido algumas reduções de taxas de utilização privativa (na ordem dos 30%).

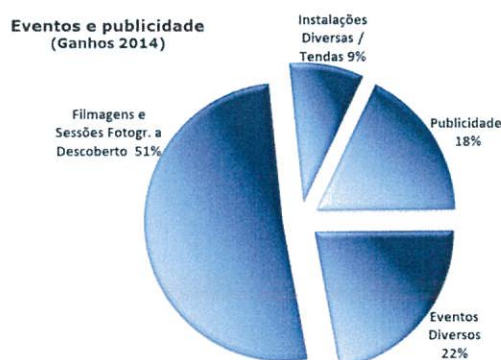
Durante o período em análise, houve lugar ao encerramento de um espaço de Restauração e de três espaços de atividades de Comércio e Serviços.

No que respeita à representatividade dos vários setores de atividade em termos de ganhos, destaca-se, como seria expectável, uma diminuição do peso da restauração no total por tipo de uso face ao registado durante o ano 2013 (de 39% para cerca de 36%).

Já no que se refere à distribuição de ganhos por concelho, mantém-se uma estrutura semelhante à que caracterizou o ano 2013.



No primeiro semestre de 2014, e apesar das más condições climatéricas que se fizeram sentir e à escassez de espaços cobertos existentes para a realização de eventos, tiveram lugar 56 ações no Porto de Lisboa sendo que, durante o mesmo período de 2013, foram realizadas 47.



4. RECURSOS HUMANOS

Em 30 de junho de 2014 o pessoal ao serviço totalizava 295 colaboradores, o que representa uma redução de 18 elementos (-5,8%) desde o início do ano, resultante de 20 saídas (das quais 18 por aposentação) e 2 entradas (por via de processos de cedência de interesse público). Por comparação com o mês homólogo de 2013 a variação situa-se nos -6,3% (-20 trabalhadores).

Em termos de média semestral verifica-se que o efetivo passou de 316 para 302 trabalhadores de 2013 para 2014.

Apresenta-se em seguida quadro com alguns indicadores relativos à composição do efetivo no final dos períodos em análise:

		30.06.2013	30.06.2014
Efetivo total		315	295
Vínculos	Quadro	307	286
	Além Quadro	8	9
	Mandato	3	3
	Requisição / Acordo de Cedência	3	4
	Contrato a Termo Certo	2	2
Cargos	Conselho de Administração	3	3
	Direcção e Chefia	46	42
Distribuição por género:			
	Homens	205	195
	Mulheres	110	100
Média etária (anos)		46,21	46,43
Antiguidade Média (anos)		16,98	17,00

Quanto à prestação de trabalho verificou-se uma evolução favorável comparativamente ao período homólogo de 2013 no que respeita à taxa de absentismo, mantendo-se a taxa de trabalho extraordinário estável face ao ano transato.

Prestação de trabalho	1.º semestre 2013	1.º semestre 2014	Var. 2013/2014
Potencial Máximo de trabalho (horas)	269 681	258 789	-4,04%
Taxa trab. Extraordinário	0,63%	0,66%	-0,03 p.p.
Taxa absentismo	4,35%	3,04%	-1,31 p.p.
Horas efetivamente trabalhadas	259 654	252 635	-2,70%

O decréscimo a que se assistiu no potencial de trabalho e no total de horas trabalhadas é naturalmente explicado pela variação do efetivo.

Em termos de prestação média individual, a variação foi na verdade de mais 15 horas trabalhadas que no 1º semestre de 2013, para o que terá decerto contribuído o menor volume de absentismo registado em 2014, designadamente ao nível da sinistralidade laboral.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Balanço

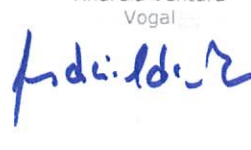
	(Unidade: Euro)	
Rubricas	30.06.2014	31.12.2013
Ativo		
Ativo não Corrente		
Ativos Fixos Tangíveis	283.180.964	288.318.993
Propriedades de Investimento	62.825.972	63.901.957
Ativos Intangíveis	23.064.061	23.793.993
Clientes		173.186
Total do Ativo não Corrente	369.070.997	376.188.129
Ativo Corrente		
Clientes	8.043.361	8.824.714
Adiantamentos de Fornecedores e Depósitos Caução	1.320	626
Estado e Outros Entes Públicos	2.289.564	1.958.601
Outras Conta a Receber	418.866	2.258.833
Diferimentos	73.749	354.566
Ativos não Correntes detidos para Venda	5.265.807	5.804.261
Caixa e Depósitos Bancários	16.783.829	6.195.790
Total do Ativo Corrente	32.876.497	25.397.390
Total do Ativo	401.947.494	401.585.519
Capital Próprio e Passivo		
Capital Próprio		
Capital Realizado	60.000.000	60.000.000
Reservas Legais	3.346.852	3.212.275
Outras reservas	71.077.304	71.077.304
Reservas não Distribuíveis	5.710.535	4.618.891
Resultados Transitados	14.200.229	14.080.684
Outras variações do capital Próprio	50.124.305	50.791.418
Resultado Líquido do Período	-576.919	1.345.767
Total do Capital Próprio	203.882.306	205.126.338
Passivo		
Passivo não Corrente		
Provisões	1.330.107	1.330.107
Financiamentos obtidos	98.601.051	89.370.608
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	11.768.862	12.324.492
Passivos por Impostos Diferidos	2.010.287	1.853.088
Passivos Financeiros detidos para Negociação	2.153.407	2.293.643
Diferimentos	27.525.778	28.132.920
Outras contas a Pagar		13.086.237
Total do Passivo não Corrente	143.389.493	148.391.094
Passivo Corrente		
Fornecedores	1.890.022	1.840.850
Adiantamentos de Clientes	146.221	144.046
Estado e Outros Entes Públicos	1.874.721	1.767.860
Financiamentos Obtidos	26.861.753	31.331.004
Outras Contas a Pagar	17.141.515	6.222.865
Diferimentos	6.761.463	6.761.463
Total do Passivo Corrente	54.675.695	48.068.087
Total do Passivo	198.065.188	196.459.180
Total do Capital Próprio e Passivo	401.947.494	401.585.519

Diretora de Economia e
Finanças

Conselho de Administração

Ana Paula Rodrigues

Marina Ferreira
PresidenteAndreia Ventura
VogalNuno Osório
Vogal


5.2. Demonstração de Resultados

	(Unidade: Euro)	
Rendimentos e Gastos	30.06.2014	30.06.2013
Vendas e Serviços Prestados	14 974 757	17 127 158
Subsídios à Exploração	58 433	0
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0
Fornecimentos e Serviços Externos	-3 996 683	-4 221 959
Gastos com o Pessoal	-7 909 209	-7 695 777
Imparidades de Dívidas a Receber	-653 808	-252 437
Provisões (Aumentos/Reduções)	0	0
Aumentos/Reduções do Justo Valor	140 236	539 312
Outros Rendimentos e Ganhos	8 729 727	9 397 560
Outros Gastos e Perdas	-2 227 357	-1 701 466
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	9 116 094	13 192 391
Gastos/Reversões de Depreciações e Amortizações	-7 148 019	-7 817 524
Resultados Operacionais (Gastos de Financiamento e Impostos)	1 968 075	5 374 867
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	356	150
Juros e Gastos Similares Suportados	-2 388 151	-3 097 234
Resultado antes de Imposto	-419 719	2 277 783
Impostos sobre o Rendimento do Período	-157 200	-169 478
Resultado Líquido do Período	-576 919	2 108 306

Diretora de Economia e
Finanças

Ana Paula Rodrigues



Conselho de Administração

Marina Ferreira
Presidente

Andreia Ventura
Vogal

Nuno Osório
Vogal

5.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

	(Unidade: Euro)	
Demonstração de Fluxos de Caixa	30.06.2014	31.12.2013
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	22.243.621	48.438.913
Pagamentos a Fornecedores	-3.947.511	-10.435.334
Pagamentos ao Pessoal	-7.909.208	-16.965.075
Caixa Gerada pelas Operações	10.386.902	21.038.504
Pagamentos/Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento	-326.592	-729.755
Outros Recebimentos/Pagamentos	-4.283.769	-4.079.082
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais (1)	5.776.541	16.229.667
Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	-576.870	-2.275.354
Recebimentos provenientes de:		
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	900.000	
Subsídios ao Investimento		550.106
Juros e recebimentos Similares	348	707
Incorporação de resultados		
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento (2)	323.478	-1.724.541
Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos Obtidos	15.000.000	10.000.000
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos	-9.559.876	-14.198.843
Juros e Gastos Similares	-1.183.465	-6.412.804
Dividendos a distribuir		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento (3)	4.256.659	-10.611.647
Variações de Caixa e seus Equivalentes (1) + (2) + (3)	10.356.678	3.893.479
Efeito das Diferenças de Câmbio		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	6.195.790	2.302.311
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	16.552.468	6.195.790
Variação de Disponibilidades	10.356.678	3.893.479

Diretora de Economia e
Finanças

Ana Paula Rodrigues


Conselho de Administração

Marina Ferreira
Presidente


Andreia Ventura
Vogal


Nuno Osório
Vogal


5.4. Demonstração de Alterações de Capital Próprio

(Unidade: Euro)

	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Reservas não Distribuíveis	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2013	60.000.000	2.861.986	71.077.304	3.680.953	11.866.018	50.230.241	3.502.893	203.219.394
Alterações no Período								
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio						561.177		561.177
Aplicação do Resultado Líquido do Período Findo em 31 de dezembro de 2012		350.289		937.938	2.214.666		-3.502.893	
Movimentos do Período		350.289		937.938	2.214.666	561.177	-3.502.893	561.177
Resultado Líquido do Período Findo em 31 de dezembro de 2013							1.345.767	1.345.767
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	60.000.000	3.212.275	71.077.304	4.618.891	14.080.684	50.791.418	1.345.767	205.126.338
Saldo em 1 de janeiro de 2014	60.000.000	3.212.275	71.077.304	4.618.891	14.080.684	50.791.418	1.345.767	205.126.338
Alterações no Período								
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio						-667.113		-667.113
Aplicação do Resultado Líquido do Período Findo em 31 de dezembro de 2013		134.577		1.091.645	119.546		-1.345.767	
Movimentos do Período		134.577		1.091.645	119.546	-667.113	-1.345.767	-667.113
Resultado Líquido do Período Findo em 30 de Junho de 2014							-576.919	-576.919
Saldo em 30 de Junho de 2014	60.000.000	3.346.852	71.077.304	5.710.535	14.200.229	50.124.305	-576.919	203.882.306

Diretora de Economia e
Finanças

Ana Paula Rodrigues


Conselho de Administração

Marina Ferreira
Presidente



Andreia Ventura
Vogal



Nuno Osório
Vogal



6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A APL encerrou o primeiro semestre de 2014 com um Resultado Líquido negativo de 576.919 euros, correspondendo a uma quebra de 127% face ao resultado do período homólogo, que se situou nos 2.108.306 euros.

Por forma a explicar este resultado, analisam-se seguidamente as principais rubricas de Gastos e Ganhos, comparando com o período homólogo em 2013 e com o orçamento.

6.1. Rendimentos e Ganhos

Nas contas de Rendimentos e Ganhos, a APL encerrou o primeiro semestre com cerca de 23.905 milhares de euros.

			(Valores em euros)			
Junho 2013 Real	Junho 2014 Real	Junho 14R/13R	Rendimentos e Ganhos	Junho 2014 Orçamento	2014 Orçamento	% Orçamento não Realizado (14R/Orçano)
17.127.158	14.974.757	-13%	Vendas e Serviços Prestados	16.459.629	32.919.257	55%
-	58.433		Subsídios à Exploração	-	-	
-	1.174		Imparidade Dívidas a Receber	-	-	
539.312	140.236	-74%	Ganhos/Aumento Justo Valor	50.000	100.000	-40%
9.303.654	8.654.035	-7%	Outros Rendimentos e Ganhos	11.560.628	23.121.257	63%
94.056	76.048	-19%	Juros e Rend. Similares Obtidos	100.350	200.700	62%
27.064.180	23.904.682	-12%	Total Rendimentos e Ganhos	28.170.607	56.341.214	58%

Quando comparado com o período homólogo, este valor reflete uma redução de cerca de 3.160 milhares de euros, sendo que as rubricas de Vendas e Serviços Prestados e Outros Rendimentos e Ganhos são as que mais contribuíram em termos absolutos para esta variação.

Face ao orçamento, os ganhos ficaram também aquém das expectativas, embora, o orçamento a realizar esteja próximo dos 50%.

Volume de Negócios

O volume de negócios no final do primeiro semestre de 2014 situou-se nos 20.834 milhares de euros, cerca de 2.651 milhares de euros abaixo do montante atingido no primeiro semestre de 2013.

			(Valores em euros)			
Junho 2013 Real	Junho 2014 Real	Junho 14R/13R	Volume de Negócios	Junho 2014 Orçamento	2014 Orçamento	% Orçamento não Realizado (14R/Orç.ano)
17.127.158	14.974.757	-13%	Prestação de Serviços	16.712.549	32.888.512	54%
7.454.809	5.476.529	-27%	Regulamento de Tarifas	6.505.849	13.011.697	58%
2.352.545	2.385.868	1%	TUP Navio	2.807.259	5.614.519	58%
1.709.451		-100%	TUP Carga			
2.199.702	2.090.574	-5%	Tarifa Pilotagem	2.652.499	5.304.999	61%
818.673	701.571	-14%	Tarifa Passageiros	631.311	1.262.622	44%
1.415	1.415	0%	Tarifa Armazenagem	1.500	3.000	53%
36.491	19.260	-47%	Tarifa Uso Equipamentos	23.279	46.557	59%
336.534	277.842	-17%	Tarifa Resíduos	390.000	780.000	64%
8.676.280	8.568.489	-1%	Concessões	8.813.782	17.627.565	51%
5.282.283	5.303.766	0%	Taxas Fixas	5.312.129	10.624.257	50%
3.393.998	3.264.722	-4%	Taxas Variáveis	3.501.654	7.003.308	53%
793.727	747.710	-6%	Náutica de Recreio	1.166.125	1.795.663	58%
750.717	681.893	-9%	Estacionamento a Nado	844.010	1.688.019	60%
30.725	54.467	77%	Estacionamento em Terra	42.525	85.049	36%
9.612	9.591	0%	Licenciamentos	9.093	18.186	47%
2.673	1.759	-34%	Outros	2.204	4.409	60%
46.307	52.967	14%	Marítimo-Turística	41.500	83.000	36%
46.307	52.967	14%	Atividade Marítimo-Turística	41.500	83.000	36%
156.034	129.062	-17%	Outras Prestações de Serviço	185.293	370.586	65%
19.210	14.553	-24%	Fornecimentos	42.575	85.149	83%
6.509		-100%	Remoção Resíduos Sólidos			
108.396	91.748	-15%	Repartição ISPS	132.696	265.392	65%
21.920	22.761	4%	Outros	10.023	20.045	-14%
6.358.058	5.859.599	-8%	Outros Rendimentos Operacionais	6.079.666	12.159.333	52%
4.089.081	3.567.005	-13%	Rendas de Usos Dominiais	3.974.458	7.948.917	55%
2.268.977	2.292.594	1%	Rendas/Rendimentos Prop. Investimento	2.105.208	4.210.416	46%
23.485.216	20.834.355	-11%	Volume de Negócios	22.792.215	45.047.844	54%

Apesar dos esforços, não foi possível atingir os níveis de receita que se previam especialmente ao nível do Regulamento de Tarifas. Destaque-se que as perdas se devem ao facto de se ter deixado de faturar TUP/Carga (por determinação da tutela sectorial), tarifa que no primeiro semestre de 2013 representou uma receita de cerca de 1.709 milhares de euros. Para esta redução também não foram alheias as greves verificadas no início do ano.

Também as rendas de usos dominiais apresentam uma variação significativa (-522.076 euros), correspondente a 20% do decréscimo total do volume de negócios. Esta quebra decorre fundamentalmente da redução de taxas solicitadas por diversos clientes e das desocupações de espaços já referidas no ponto 3.5 deste relatório.

Não obstante a redução ter efeitos a janeiro de 2013 a emissão das correspondentes notas de crédito só veio a ocorrer em 2014, pelo que o 1.º semestre do ano transato não espelha este efeito. Esta regularização veio a ter lugar em 2014 e refletiu-se ao nível dos gastos (anulação de receita de anos anteriores).

Relativamente aos montantes orçamentados, os Serviços Prestados não corresponderam às estimativas, embora se preveja uma recuperação a partir do 3º trimestre de 2014.

6.2. Gastos e Perdas

Nas contas de Gastos e Perdas, a APL encerrou o primeiro semestre com 24.324 milhares de euros.

(Valores em euros)						
<i>Junho 2013 Real</i>	<i>Junho 2014 Real</i>	<i>Junho 14R/13R</i>	Gastos e Perdas	<i>Junho 2014 Orçamento</i>	<i>2014 Orçamento</i>	<i>% Orçamento Disponível</i>
4.221.959	3.996.683	-5%	<i>Fornecimentos e Serviços Externos</i>	4.558.787	9.117.575	56%
7.695.777	7.909.209	3%	<i>Gastos com o Pessoal</i>	8.383.603	16.767.206	53%
7.817.524	7.148.019	-9%	<i>Depreciações e Amortizações</i>	7.070.374	14.140.748	49%
252.437	654.982		<i>Imparidade de Dívidas a Receber</i>	550.000	1.100.000	40%
-	-		<i>Perdas/Redução Justo Valor</i>	-	-	
-	-		<i>Provisões</i>	75.000	150.000	100%
1.701.435	2.227.305	31%	<i>Outros Gastos e Perdas</i>	1.896.594	3.793.188	41%
3.097.265	2.388.203	-23%	<i>Juros e Gastos Sim. Suportados</i>	2.752.500	5.505.000	57%
24.786.397	24.324.401	-2%	Total Gastos e Perdas	25.286.859	50.573.717	52%

Quando comparada com o período homólogo, a redução verificada (-461.996 euros) é pouco expressiva, uma vez que as quebras em Fornecimentos e Serviços Externos, Depreciações e Juros Suportados é compensada pelo aumento dos Gastos com o Pessoal, e Outros Gastos e Perdas.

De destacar também o acréscimo decorrente da variação do Justo Valor do instrumento financeiro associado a um dos empréstimos bancários de médio/longo prazo, bem como do aumento da Imparidade de Dívidas a Receber.

No âmbito dos Outros Gastos e Perdas é de assinalar o efeito das regularizações atrás mencionadas e que se prendem com os créditos concedidos a cliente dominiais (Anulação de Receitas de Anos Anteriores).

Face ao orçamento, verifica-se a utilização de somente 48% da verba total prevista para o semestre.

Gastos Operacionais

A rubrica de Gastos Operacionais, composta pelo somatório do Fornecimentos e Serviços externos e dos Gastos com o Pessoal, sofreu no primeiro semestre de 2014, uma redução de cerca de 12 mil euros.

(Valores em euros)						
<i>Junho 2013 Real</i>	<i>Junho 2014 Real</i>	<i>Junho 14R/13R</i>	Gastos Operacionais	<i>Junho 2014 Orçamento</i>	<i>2014 Orçamento</i>	<i>% Orçamento Disponível</i>
4.221.959	3.996.683	-5,34%	<i>Fornecimentos e Serviços Externos</i>	4.558.787	9.117.575	56,17%
7.695.777	7.909.209	2,77%	<i>Gastos com o Pessoal</i>	8.383.603	16.767.206	52,83%
11.917.736	11.905.892	-0,10%	Total Gastos Operacionais	12.942.391	25.884.781	54,00%

Se analisarmos individualmente, verificamos que a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos teve um comportamento positivo, com uma redução de 5,3% face ao período homólogo.

Já nos Gastos com o Pessoal o comportamento é inverso, tendo esta rubrica aumentado 2,8% face ao primeiro semestre de 2013.

Fornecimentos e Serviços Externos

A evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos reflete o esforço de racionalização, verificando-se no final deste semestre uma redução de 225.276 euros face ao período homólogo.

Ao contrário do primeiro trimestre de 2014, no segundo trimestre do ano observou-se um ligeiro aumento em algumas rubricas de gastos. Destacam-se os seguintes:

- Publicidade e Propaganda: com um acréscimo de cerca de 100 milhares de euros no segundo trimestre do ano, dando origem a um aumento de cerca de 40 mil euros quando comparado com o primeiro semestre de 2013. De destacar o evento comemorativa da chegada a Lisboa, dos navios de cruzeiro "Queen Mary 2", "Queen Elizabeth 2" e o "Queen Victoria", denominado "3 Rainhas em Lisboa", e o patrocínio do Livro "Show Me Lisbon", entre outros;
- Dragagens de Manutenção: no primeiro trimestre de 2014, a APL ainda não tinha realizado nenhuma dragagem de manutenção e não tinha, à data consequentemente não teve qualquer gasto nessa rubrica. Tal facto veio a verificar-se no segundo trimestre, superando assim o gasto do semestre homólogo em cerca de 152 mil euros;
- Obras: também nesta rubrica, se verificou um agravamento de cerca de 110 mil euros no decurso do 2.º trimestre, superando os gastos incorridos em 2013.

No sentido oposto, as rubricas que tiveram um desempenho mais favorável face a 2013 foram as seguintes:

- Limpeza, Higiene e Conforto (-66.203 euros), como resultado da concessão da atividade de limpeza urbana e recolha de resíduos urbanos e a navios (entrada em exploração em julho de 2013), que transferiu parte significativa dos gastos suportados pela APL para a generalidade dos utilizadores. Em contrapartida, a APL deixou também de cobrar as respetivas taxas;

- Vigilância e Segurança (-61.293 euros):
 - . por alteração de um dos postos fixos;
 - . devido à inspeção de equipamentos dos terminais portuários efetuada em 2013;
 - . por atraso no registo de algumas faturas em 2014.

- Outros FSE's (-273.432 euros), onde se destacam os gastos de Contencioso e Notariado, que em 2013 incluíram gastos não previstos, relativos a um processo judicial e um acerto relativo ao Seguro de Responsabilidade Civil;

(Valores em euros)

Junho 2013 Real	Junho 2014 Real	Junho 14R/13R	Fornecimentos e Serviços Externos	Junho 2014 Orçamento	2014 Orçamento	% Orçamento Disponível
223.714	247.874	11%	Trabalhos Especializados	440.000	880.000	72%
98.099	137.587	40%	Publicidade e Propaganda	147.188	294.376	53%
638.131	576.838	-10%	Vigilância e Segurança	560.000	1.120.000	48%
600.275	752.926	25%	Dragagens de Manutenção	675.000	1.350.000	44%
24.715	132.093	434%	Obras	122.500	245.000	46%
486.948	426.105	-12%	Assistência Técnica	570.037	1.140.074	63%
382.600	283.457	-26%	Eletricidade	363.000	726.000	61%
58.990	70.951	20%	Água	81.500	163.000	56%
521.564	455.361	-13%	Limpeza, Higiene e Conforto	517.542	1.035.083	56%
1.186.923	913.491	-23%	Outros FSE	1.082.021	2.164.041	58%
4.221.959	3.996.683	-5%	Total Fornecimentos e Serviços Externos	1.445.021	9.117.575	56%

Gastos com o Pessoal

No que refere a Gastos com o Pessoal, aumentaram efetivamente face ao mesmo período em 2013.

Tal acréscimo, previsto em orçamento, decorre fundamentalmente do aumento para 23,75% (com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014) da taxa contributiva das entidades empregadoras para a CGA (+3,75 p.p. por comparação com 2013) incidente sobre a remuneração dos trabalhadores sujeita a quotização para a mesma entidade.

(Valores em euros)

Junho 2013 Real	Junho 2014 Real	Junho 14R/13R	Gastos com o Pessoal	Junho 2014 Orçamento	2014 Orçamento	% Orçamento Disponível
110.494	120.182	9%	Remuneração dos Órgãos Sociais	134.989	269.978	55%
5.868.404	5.748.468	-2%	Remuneração do Pessoal	6.433.034	12.866.069	55%
1.146.953	1.557.723	36%	Encargos sobre Remunerações	1.325.089	2.650.177	41%
499.532	350.963	-30%	Seguros e Ação Social	400.116	800.232	56%
70.393	131.873	87%	Outros Gastos com o Pessoal	90.375	180.751	27%
7.695.777	7.909.209	3%	Total Gastos com o Pessoal	6.523.410	16.767.206	53%

Gastos Financeiros

Também os Gastos Financeiros diminuíram face ao primeiro semestre de 2013. A variação é de cerca de 580 milhares de euros, em consequência da reestruturação do passivo remunerado e ajustamentos aos respetivos encargos de financiamento.

(Valores em euros)

<i>Junho 2013 Real</i>	<i>Junho 2014 Real</i>	<i>Junho 14R/13R</i>	<i>Juros e Gastos Sim. Suportados</i>	<i>Junho 2014 Orçamento</i>	<i>2014 Orçamento</i>	<i>% Orçamento Disponível</i>
2.809.334	2.229.025	-21%	<i>Juros e Gastos Sim. Suportados</i>	2.750.000	5.500.000	59%

6.3. Investimentos

Tal como nos últimos anos, 2013 encerrou com um total de investimentos de cerca de 2.678 milhares de euros, montante bastante inferior ao registado em anos anteriores. Prevê-se que 2014 se pautar pelo mesmo princípio de contenção, restringindo-se ao essencial.

Assim, no decurso do primeiro semestre de 2014, a APL realizou um pequeno conjunto de investimentos de entre os quais se destacam ações ligadas com o projeto MIELE e outros relacionados com a operacionalização dos meios marítimos.

(Valores em euros)

<i>Junho 2013 Real</i>	<i>Junho 2014 Real</i>	<i>Junho 14R/13R</i>	<i>Investimentos</i>	<i>Junho 2014 Orçamento</i>	<i>2014 Orçamento</i>	<i>% Orçamento Disponível</i>
631.793	223.429	-65%	<i>Investimentos</i>	2.635.905	5.271.810	96%

Para 2014 a APL integrou no seu plano de investimentos, projetos de cariz estratégico, por orientação da tutela para o setor dos transportes. Importa sublinhar que apesar da taxa de realização ser ainda reduzida até ao final do ano a APL prevê aumentar esta rubrica de forma mais marcada.

6.4. Endividamento

Tal como já referido, a redução do passivo remunerado por via da reestruturação foi uma das medidas implementadas no sentido de garantir o equilíbrio financeiro da empresa, com especial destaque para os anos de 2013 e seguintes. Por conseguinte, a APL tem vindo a reduzir substancialmente o seu endividamento, optando também por amortizações extraordinárias de capital, sempre que os cash-flows gerados o permitiram.

(Valores em euros)

Dezembro 2013 <i>Real</i>	Junho 2014 <i>Real</i>	Passivo Remunerado	Variação Absoluta	Variação %
89.370.608	98.601.051	<i>Financiamentos M/L Prazo</i>	9.230.444	10%
31.331.004	26.861.753	<i>Financiamentos Curto Prazo</i>	- 4.469.251	-14%
120.701.612	125.462.804	Total Passivo Remunerado	4.761.192	4%

De notar que no passado mês de junho, a APL contraiu um empréstimo bancário, sob a forma de mútuo, junto do Banco Santander Totta, no montante de 15 milhões de euros. O propósito consistiu em beneficiar das melhores condições contratuais e amortizar total ou parcialmente outros financiamento de médio/longo prazo com condições contratuais mais vantajosas.

No final deste semestre, verifica-se um acréscimo de 4% no que respeita ao indicador relativo ao endividamento da APL. Trata-se no entanto de uma situação transitória, uma vez que no próximo trimestre se verificará o decréscimo substancial do endividamento por via das amortizações de capital decorrente das vantagens acima mencionadas.

Refira-se que no final de julho o passivo remunerado se situa nos 117 158 milhares de euros, correspondendo a uma redução na ordem dos 3% face a 2013.

6.5. Prazos Médios de Pagamento e de Recebimento

A APL prosseguiu o esforço de redução do prazo médio de pagamentos, empenhando-se em otimizar a gestão de tesouraria no sentido de assegurar atempadamente os compromissos assumidos com fornecedores. Conjugada com a contenção de gastos, esta ação resultou numa efetiva diminuição deste indicador face ao período homólogo de 2013 (-23 dias).

(unid: dias)

Clientes e Fornecedores	Junho 2013 <i>Real</i>	Junho 2013 <i>Real</i>	Setembro 2013 <i>Real</i>	Dezembro 2013 <i>Real</i>	Junho 2014 <i>Real</i>
<i>Prazo Médio de Pagamento</i>	80	71	71	49	48

6.6. Desempenho Económico

A APL encerra o primeiro semestre de 2014, com um resultado líquido negativo de cerca de 577 milhares de euros.

<i>Desempenho Económico</i>	<i>(Valores em euros)</i>	
	<i>Junho 2013 Real</i>	<i>Junho 2014 Real</i>
<i>Resultado Líquido</i>	<i>2.108.306</i>	<i>-576.919</i>
<i>EBIT</i>	<i>5.374.867</i>	<i>1.968.075</i>
<i>EBITDA</i>	<i>13.192.391</i>	<i>9.116.094</i>

A redução da receita é, de facto, um dos fatores que mais influenciaram negativamente o resultado do semestre. Contudo, o aumento nos Gastos com o Pessoal e em Outros Gastos e Perdas, levam a que o EBITDA diminuísse 3.407 milhares de euros e consequentemente a uma queda dos restantes indicadores económicos.

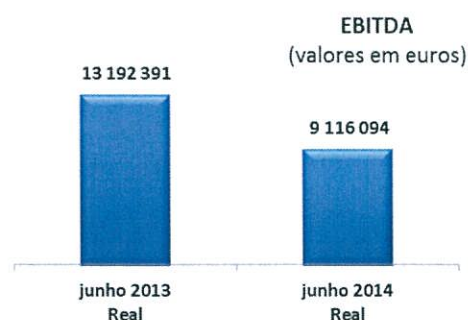
Esta diminuição foi atenuada pelos gastos mais reduzidos no âmbito dos Fornecimentos e Serviços Externos e em Juros Suportados (especial atenção para esta rubrica que diminuiu cerca de 580 milhares de euros face ao período homólogo em 2013).

7. CUMPRIMENTOS DE OBJETIVOS E ORIENTAÇÕES LEGAIS

No que se refere ao cumprimento das orientações legais emitidas pela DGTF aquando da elaboração dos IPG's 2014, verifica-se a seguinte evolução:

- EBITDA – “Para as empresas com um EBITDA positivo, deverá promover-se o crescimento deste indicador”

Pelas razões anteriormente apontadas e que se prendem com o efeito conjugado da redução acentuada dos ganhos e aumento de alguns gastos (vide ponto 5.2), não foi possível atingir este objetivo.



- Redução dos Gastos Operacionais:
 - “Para o caso das empresas com EBITDA positivo deverá ser assegurada a redução do rácio entre os gastos operacionais e o volume de negócios”.

Tal como referido para o EBITDA, também este rácio veio a revelar uma tendência desfavorável, apresentando assim um desvio face ao determinado.

	junho 2013 Real	junho 2014 Real
Gastos Operacionais (euros)	11 917 736	11 905 892
Volume de negócios (euros)	22 546 390	20 834 355
Rácio gastos oper. / Vol. negócios	0,53	0,57

- “Os gastos com comunicações e as despesas com deslocações, ajudas de custo e alojamento devem manter-se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2013, salvo em caso de aumento de atividade devidamente justificado.”

Transpondo esta orientação para uma análise semestral verifica-se que os gastos registados em 2014 para estas rubricas ultrapassam os efetuados

em 2013, de forma mais notória no que respeita a deslocações e estadas e ajudas de custo.

	(valore em euros)	
	junho 2013 Real	junho 2014 Real
Comunicações	47 189	48 459
Deslocações e estadas	15 289	31 546
Ajudas de custo	4 832	6 795

Relativamente a gastos com comunicações, e apesar do esforço de redução que vem sendo efetuado nos últimos anos, as características da atividade da empresa (em termos de regimes de trabalho e de grande dispersão geográfica) constituem um limite a uma redução mais drástica que não comprometa a operacionalidade e segurança do porto.

No que se refere a deslocações e estadas e ajudas de custo verificou-se no 1.º semestre de 2014 um total de gastos mais elevado que em igual período de 2013 em virtude das ações desenvolvidas no sentido da promoção e divulgação relativa às diversas áreas de negócio (carga, cruzeiros e náutica de recreio), designadamente a nível internacional através da procura de novos investidores.

Com efeito, e na linha das orientações estratégicas para o setor portuário, prevê-se a realização de grandes projetos, como sejam:

- . a construção do novo Terminal de Contentores de Lisboa, financiada maioritariamente por capitais privados;
 - . a concessão do novo Terminal de Passageiros de Lisboa.
- *“Redução de gastos associados à frota automóvel comparativamente a 31 de dezembro de 2013 através da redução do n.º de veículos do seu parque automóvel e a revisão das categorias dos veículos em utilização, maximizando o seu uso comum.”*

No final do 2.º trimestre de 2014 mantinham-se em utilização as 39 viaturas existentes no final de 2013.

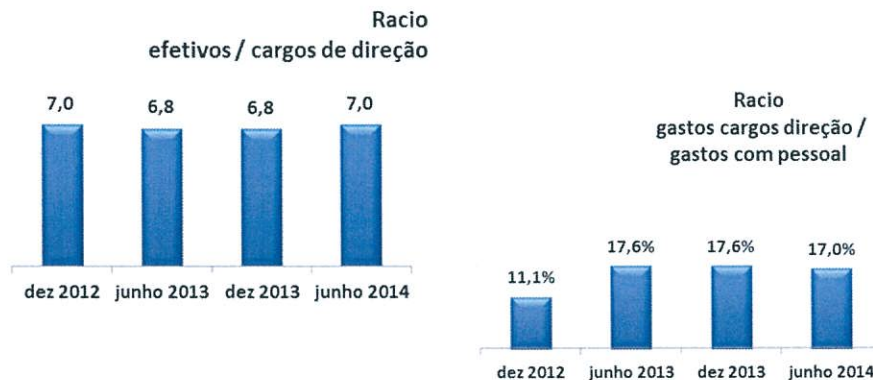
Importa no entanto referir que posteriormente, já em junho de 2014, foi comunicada à ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. a intenção de renovar parte da frota automóvel, limitando as adjudicações (em sistema de leasing) ao indispensável e com uma revisão em baixa da categoria dos veículos a contratar, aguardando-se resposta ao ofício enviado.

- “Redução em 2014 do número de trabalhadores em 3% face aos existentes em 31/12/2012”

Verifica-se, com efeito, um decréscimo progressivo, situando-se nos -8,7% (28 trabalhadores) face a dezembro de 2012 e de -5,8% (18 trabalhadores) face ao efetivo total no final de 2013.



- “Implementação de uma política de redução de gastos com dirigentes através de alteração das estruturas organizacionais, aferida através dos seguintes rácios”:



A variação observada a partir de 2014 reflete a alteração da estrutura orgânica em vigor a partir de janeiro, que levou a uma redução do n.º de chefias, designadamente dos 1.ºs níveis de gestão.

Ambos os rácios demonstram uma evolução positiva no sentido de uma maior racionalização da racionalização de chefias/subordinados e de poupança de recursos.

- “Cumprimento das orientações sobre política remuneratória constantes da LOE”

Embora se tenha mantido o congelamento das tabelas salariais, a proibição de quaisquer valorizações no vencimento por via de acessos na carreira, de atribuição de diuturnidades, de reconversões profissionais ou de outras alterações, é de referir que em 2013, nos termos do despacho

n.º1695/2013 – SEAP, de 5/6/2013, não houve lugar à redução das remunerações efetuada nos dois anos anteriores por efeito dos diplomas orçamentais.

Já em janeiro de 2014 foram enviados pela APP ao Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, ofícios referentes à não aplicabilidade das reduções remuneratórias ao pessoal das administrações portuárias.

– *"Acréscimo do endividamento limitado a 4%"*

Tal como indicado em 6.4, a APL tem vindo a reduzir progressivamente o seu endividamento, superando mesmo o objetivo fixado, embora tal não seja visível nos indicadores do semestre pelas razões apontadas.

Em 2014, com os pareceres favoráveis da SET – Secretaria de Estado dos Transportes e do IGCP no âmbito do Decreto-Lei n.º 133/2013, a APL procedeu à reestruturação do passivo remunerado de curto prazo para médio/longo prazo, reduzindo assim o pricing na vertente "spread".

– *"Redução do prazo médio de pagamentos e do volume de pagamentos em atraso"*

Quanto à redução do prazo médio de pagamentos tem-se observado uma evolução favorável deste indicador, tal como já mencionado no ponto 6.5 deste relatório, com uma redução de

– *Atrasos nos pagamentos ("Arrears")*

Em relação à divulgação dos atrasos nos pagamentos, conforme definido no DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a situação a 30 de junho de 2014 era a seguinte:

CATEGORIAS	Dívidas vencidas (nos termos do art.º 1.º do DL 65-A/2011)					TOTAL
	Entre 0 e 90 dias	Após 90 dias	Após 120 dias	Após 240 dias	Após 360 dias	
Aquisições de bens e serviços	101 264	838	8 200	6 609	7 049	123 959
Aquisições de capital	0	0	0	0	83 912	83 912
TOTAL	101 264	838	8 200	6 609	90 962	207 872